



Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo¹.

Emanuele Oliveira Ribeiro

Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia (UFRB)
emanuelleribeiro@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2361>

¹ Este artigo é produto de minha exposição na Mesa Redonda: Racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo durante as atividades do Colóquio Racismo e Violência Psíquica: impactos, desdobramentos e formas de intervenção, coordenado e organizado pelo NEPPINS/UFRB, ocorrido no Centro de Ciências da Saúde, em Santo Antônio de Jesus no dia 25/08/2017. A orientação da apresentação da mesa, bem como a escrita do artigo tiveram a colaboração da Profa.Dra. Regina Marques de Souza Oliveira.

Resumo: Este relato apresenta formas de intervenção na atuação do psicólogo em situação de racismo. A experiência ocorre em uma instituição de ensino superior e discutimos sobre o racismo e saúde mental a partir do curso promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade da Universidade Estadual do Recôncavo da Bahia. Inicialmente serão descritos as atribuições do profissional de psicologia na área educacional da assistência estudantil. Em seguida serão abordados dois estudos de casos com suas respectivas análises. O texto finaliza-se com as possíveis intervenções psicológicas nesta temática, a importância da expansão das suas práticas coletivas, não apenas individual/clínico, bem como o olhar crítico sobre a atuação das instituições educacionais e o racismo institucional.

Palavras-Chave: Racismo Institucional; Psicologia e Racismo; Saúde Mental.

Abstract: This report presents forms of intervention in the performance of the psychologist in a situation of racism. The experience takes place in a higher education institution and we discuss racism and mental health from the course promoted by the Nucleus of Studies and Research in Psychoanalysis, Identity, Negritude and Society of the State University of Recôncavo da Bahia. The assignments of the psychology professional in the educational area of student assistance will be described initially. Next, two case studies will be discussed with their respective analysis. The text ends with

possible psychological interventions in this theme, the importance of the expansion of its collective practices, not only individual / clinical, as well as the critical view on the

performance of educational institutions and institutional racism.

Keywords: institutional racism; psychology and racism; mental health.

Introdução

Este trabalho é fruto do curso Reflexões sobre Racismo e Saúde Mental, construído no âmbito das ações afirmativas e assistência estudantil, que foi finalizado com a produção e participação do I Colóquio Racismo, Violência Psíquica: impactos, pesquisas e formas de intervenção, como intervenção local da turma Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. O curso foi realizado na modalidade semi-presencial, através de plataforma moodle em parceria com a UNIFESP e a UFRB, através da colaboração direta do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade – NEPPINS/UFRB.

O artigo visa apresentar as formas de intervenção na atuação do psicólogo em situações de racismo e sexismo, trazendo vivências deste profissional na área educacional inserido em instituição de ensino superior. Desta forma, inicialmente serão descritos as atribuições deste profissional e em seguida serão abordados dois estudos de casos com suas respectivas análises.

Os psicólogos estão lotados na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis em equipe multidisciplinar com assistente social, pedagogo ou técnico em assuntos educacionais e assistente administrativo. O serviço psicológico ofertado tem como missão prestar atendimento psicológico à comunidade acadêmica, através de políticas e ações preventivas de cuidado, observando os aspectos comportamentais, relacionais e afetivos, promovendo alívio ao sofrimento psíquico do estudante, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida, auxiliando-o na melhora do seu rendimento acadêmico e/ou nas suas relações interpessoais com a finalidade de proporcionar a sua permanência universitária.

Este profissional busca acolher o estudante por meio do atendimento psicológico de caráter preventivo, informativo e de orientação individual ou grupal. A modalidade individual ocorre através do plantão psicológico, que consiste no acolhimento imediato, sem necessidade de agendamento prévio e avaliação psicológica que poderão ser solicitados, pelo próprio estudante ou pela chefia, quando da necessidade de identificar fenômenos psíquicos que possam subsidiar procedimentos administrativos. São realizados atendimentos grupais que ocorrem de forma

aberta ou fechado e rodas de conversas. Os grupos psicoeducativos fechados ocorrem de acordo à demanda e, geralmente, versam sobre Habilidades Sociais, Hábitos de Estudos, Planejamento de Carreira, Compreensão e Controle da Ansiedade.

Entretanto, outras atribuições podem ser desencadeadas após as intervenções citadas acima, como: atendimento interdisciplinar com profissionais do Serviço Social e Pedagogia; encaminhamento para a rede pública ou privada de saúde; encaminhamento para o Serviço de Psicologia da UFRB; visita técnica a rede de saúde pública; visita domiciliar; intervenção familiar; atendimento de orientação a docente e técnico.

Estudo de Caso 1

O primeiro estudo de caso a ser relatado foi um evento entre uma aluna e um professor ocorrido em 2013, quando o profissional de psicologia ainda não estava presente no local de ensino e, por isso, uma vez ao mês ou a cada três meses um profissional lotado em outro centro de ensino se deslocava até o local que não havia equipe multidisciplinar completa.

A turma conversava muito e o professor chamou atenção algumas vezes do grupo, em uma dessas perguntou se a estudante não queria assistir à aula, ao responder que não, ele disse que ela era mulher, preta, pobre e por esta condição deveria assistir à aula. No sistema da instituição de ensino registra-se apenas que no início de novembro de 2013 houve solicitação de abertura de sindicância e após sete dias da entrada do requerimento ocorreu seu despacho e não há mais ocorrência cadastrada para este processo. Sabe-se informalmente que a comissão de sindicância foi formada por colegas de trabalho com vínculos estreito de amizade do professor e a situação atual encontra-se igual à de novembro de 2013.

A ausência de informação sobre as providências tomadas pela instituição, que opera esta relação conflituosa professor-aluno, em relação às possíveis resolutivas ou interpretação da situação pode refletir o não reconhecimento das contribuições de identidades sociais presentes na universidade e que são desprezadas. Este não reconhecimento provoca danos na autoestima, autoconfiança e nos papéis sociais desempenhados pelas pessoas podendo, desta forma, inviabilizá-las para lutas individuais e coletivas². E, assim, as repercussões perpassam pelas vias psicológicas e sociais.

² TAVARES, N. O., et.al. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez, 2013.

A aluna ajuizou a ação na Justiça Comum em 2014 e, em consulta processual no Tribunal de Justiça da Bahia, verifica-se que, no ano de 2016, a audiência foi marcada, porém não ocorreu por apresentação de atestado por parte da estudante e desde então encontra-se sob análise do juiz.

A escolha deste caso, apesar de não ter tido intervenção psicológica, se deu pela condução de resolução desta problemática por parte da estudante e pelo racismo institucionalizado por parte de alguns componentes desta organização de ensino.

Parte-se do pressuposto que a estudante possui esclarecimento dos seus direitos e por tê-los reconhecidos, por si mesma, soube discriminar que houve violação, nesta situação relatada. Desta forma, mobilizou seus sentimentos de justiça que foi expresso requerendo abertura de processo por parte da instituição que regulava, naquele momento, a relação dela como estudante e professor. Diante da parcialidade como foi conduzido o evento, a aluna desenvolve padrão de desempenho que garanta a restituição de equilíbrio desta relação - mais que professor-aluno, e sim entre pessoas iguais, sujeitas aos mesmos dispositivos legais (“de igual para igual”) - através da entrada da ação na Justiça Comum.

Adjudicar o racismo a nível institucional, principalmente, no órgão público é abstruso³. Tais instituições devem ser reguladas pelos princípios de igualdade e impessoalidade, entre outros, que são associados nas suas práticas, relações e discursos entre administradores (gestores e funcionários) e administrados. Porém, a passividade na questão racial demonstra a sua invisibilidade, a estratégia ideológica da naturalização de que ocorrências racistas não precisam ser seriamente combatidas, com a reiteração do mito da democracia e harmonia racial (a naturalização de que todos recebem tratamentos iguais) e os interesses e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos raciais predominantes⁴.

Estudo de Caso 2

Esta situação, que será descrita a seguir, ocorreu na mesma instituição de ensino superior entre uma estudante e uma professora em dois episódios em 2014. No primeiro relatamos o diálogo entre uma professora que chamou atenção de uma aluna no corredor do prédio de aulas sobre a roupa que a aluna estava usando e seu corpo e, a aluna responde.

³ TAVARES, N.O., et.al. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez, 2013.

⁴ Op.cit.

- Menina! Você de novo com essa calça? O meu marido taí! Ele não vai parar de olhar pra você! Você gosta de provocar né? Você é grandona ele não vai parar de olhar para suas pernas!

- Oxê, pró, ô seu filhote aí, vocês devem cuidar dele!

No segundo momento, a professora reiterou, em sala de aula na frente de demais pessoas, a sua avaliação em relação às vestimentas da estudante: “Mas, você também já gosta de provocar, né? Meu marido naquele dia da ladeira só olhava pra você”!

Diante do ocorrido, a aluna solicita atendimento psicológico com queixa de dificuldade de concentração e busca ajuda em grupo de pesquisa da universidade, que estava participando, e que aborda aspectos de gênero, diversidade e sexualidade. E percebe, então, a necessidade dividir e visibilizar este ato de racismo no coletivo. Toma a decisão de construir uma carta e fazer leitura em reunião de colegiado. Como relatado no trecho que se segue:

No entanto, apesar desta trajetória, e aqui está o motivo desta carta, me deparo sendo violentada dentro da universidade. Sim, a universidade é marcada pelo sexismo, pelo machismo, pela homofobia, pelo racismo, como sabemos e pautamos quando assumimos estudos implicados com as desigualdades sociais no âmbito da educação. Ao assumir esta concepção de sociedade e de universidade, afirmo de forma contundente que esta não é uma conversa de ofensas pessoais, mas de pauta sobre que instituição que queremos. (trecho retirado da carta lida na reunião de colegiado)

Posteriormente, em 2016, próximo da conclusão da graduação, ela requer atendimento psicológico por dificuldades acadêmicas, pois uma das disciplinas a ser cursada estaria sendo ministrada pela mesma professora.

Percebe-se através do trecho da carta citado acima, que a aluna utilizou-se da reunião dos professores para afirmar os seus direitos e expressão de pensamentos, crenças, sentimentos e comportamento de maneira direta, honesta e apropriada que não violasse o direito da professora

e demais pessoas. E, desta forma, nota-se que buscou enfrentar a situação com autocontrole dos sentimentos negativos.

Ela demonstra a necessidade do conhecimento sobre seus direitos e sua história como ser humano negro para argumentar e solicitar mudança de comportamento. Como segue:

A partir dos estudos feministas em suas aproximações pós-coloniais e interseccionais com feminismo negro, certamente, sou e estou marcada pelo estereótipo criado pelos colonizadores que definem meu corpo como a de “mulata gostosa”, a qual só servia para uso e descarte ou, ainda, como ameaça dos casamentos felizes. A senhora sabe do que estou falando? Refiro-me ao enfrentamento diário pelo qual meus antepassados passaram e o qual, infelizmente, ainda está vivo, reiterado dia-a-dia e registrado em suas palavras com os mesmos golpes que os meus levavam no pelourinho. (trecho retirado da carta lida na reunião de colegiado).

Esta fala condiz com as ideias de Fanon ao contestar os pensamentos racistas e anticientíficos da imagem do preto-biológico-sexual-sensual-e-genital que lhe foi imposta e que até hoje não soube se livrar dela⁵. E, ainda, questiona que o japonês e o chinês são dez vezes mais prolíficos do que o negro e nem por isso são sensuais. Pode-se observar que nesta fala traz também a reflexão e a vivência de como o racismo é transmitido de forma transgeracional e se processa psicologicamente. O olhar deve ser de espelho retificador que corrige os erros culturais e não como mero observador-participante-passivo da imagem que impõe, como presente na descrição deste relato de enfrentamento no coletivo pela estudante⁶.

(...) é preciso pontuar as práticas nos espaços públicos para que se dispute, no campo da política as mudanças que se quer para a vida em sociedade. Por isso, questiono: a senhora lembra o que me disse? (carta lida na reunião do colegiado)

⁵ FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

⁶ Id.

Nota-se também o racismo institucional neste ambiente de ensino, para além do que aconteceu nestes dois episódios, mas diante da passividade e imparcialidade dos profissionais deste serviço que permitem a violação da dignidade humana neste ambiente de educação e mesmo da retratação, que atenderia o mínimo da expectativa desta estudante que se sentiu constrangida com as atitudes da professora, e nem isso foi possível ser acatado.

Entende-se o racismo institucional quando organizações e profissionais não conseguem prover um serviço adequado a uma pessoa por causa de sua cor, cultura ou origem étnica, conveniências pessoais e institucionais.⁷ São obstáculos presentes nas relações sociais e, muitas vezes, formais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos.

Reitero que me dirijo a senhora como modo de operacionalizar um enfrentamento institucional, visto que as suas falas se deram como “docente”. (trecho retirado da carta lida na reunião de colegiado)

Apesar da ação da estudante não ter atingido, por completo, o resultado esperado, ela sente sua autoconfiança e auto-estima elevadas, descreve seu comportamento positivo e de boa resolução, que foi além de tornar visível por onde e como ocorre o racismo, como também, solicitar mudança de comportamento não de um indivíduo, mas da comunidade. E, ainda, afirma que se sente empoderada ao fazer e publicizar a carta e preparada para, coletivamente, encarar as consequências do seu feito.

Entendo que visibilizar é evitar que este episódio vivido por mim não se naturalize ou se perpetue para muitas outras, as quais, em geral, se calam. (trecho retirado da carta lida na reunião de colegiado)

Diante deste episódio “acadêmico”, penso que a institucionalização de políticas afirmativas para a diversidade sexual e de gênero DEVEM ser assumidas como pauta desta universidade (...), trago esse episódio para o Colegiado visto que aprendi que “o pessoal é político” e, deste modo, as práticas docentes sexistas, machistas ou homofóbicas devem ser discutidas em “arenas” coletivas e em colegiados que definem a vida acadêmica no

⁷ KALCKMAN, S, et.al. Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.16, n.2, p.146-155, 2007.

âmbito político, pedagógico e administrativo. (trecho retirado da carta lida na reunião de colegiado)

Ademais, o número reduzido de denúncia de racismo na instituição em questão pode, também, ser interpretado como sinais de preconceito e discriminação que recebem os coletivos negros. Diante deste preconceito seus membros tendem a silenciar e não denunciar os maus tratos sofridos⁸. Este entendimento é reafirmado nas falas da discente do segundo estudo de caso e nas atitudes tomada pela aluna do estudo de caso um em que se negam a calar no intuito de não reproduzir a naturalização das ideologias que foram construídas como forma de manter a, inexistente, igualdade das relações interétnicas⁹.

Intervenções Psicológicas

A atuação do psicólogo deve iniciar pelo acolhimento deste sujeito que vivencia este sofrimento através da sua fala, como forma de ventilar suas emoções, obter alívio e se sentir aceito. E, assim, diminuir os desconfortos mais proeminentes naquele momento. Em algumas situações, é necessário trabalhar o manejo da ansiedade, aumento de atividades agradáveis e de senso de competência para que melhore seu estado de humor e diminua o intenso sofrimento que esta sentindo naquele momento¹⁰.

Verifica-se, então, através da sua história que o indivíduo é vítima de racismo e busca-se perceber o quanto ele compreende das suas noções de direitos e cidadania. A psicoeducação é um tipo de intervenção muito utilizada, neste momento, tanto na modalidade de atendimento individual como em grupo. Este método é realizado através técnicas e estratégias educativas; explicações e comentários do psicólogo; busca de conhecimento com leituras, da Declaração Universal de Direitos Humanos e Direitos Individuais e Coletivos da Constituição Federal do Brasil de 1988, por exemplo; passagem de filmes, documentários; uso de recursos audiovisuais e biblioterapia.

A psicoeducação é empregada no intuito que o paciente reconheça a existência dos seus direitos para que compreenda que é um sujeito de direitos e possa discriminar as situações

⁸ TAVARES, N.O., et.al. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez, 2013.

⁹ Op.cit.

¹⁰ CORDIOLI, A.V. (Org.) *Psicoterapias: abordagens atuais*. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 886 p.

em que houve violação destes e tenha conhecimento dos desequilíbrios de oportunidades. Além disso, essa ciência irá embasar suas argumentações e ações em prol da defesa dos seus próprios direitos e os de outrem; definir e defender seus objetivos e projetos sociais de vida e ajudará no desenvolvimento de padrões de desempenho comportamentais que garantam restituição do equilíbrio das suas relações interpessoais ou entre grupos¹¹.

Uma vez que fique esclarecida a noção de seus direitos desenvolve-se junto com o sujeito, em atendimento, repertório comportamental para enfrentar tais situações e a escolha de atitudes de acordo com a ocasião experienciada. A análise da situação, *timing*, interlocutores e dos possíveis comportamentos ajudam na decisão a tomar na hora de confrontar práticas racistas e sexistas e leva aos resultados pretendidos com menores riscos de conseqüências negativas¹².

O treino de habilidades sociais é fundamental para ampliar as opções atitudinais assertivas, ou seja, a liberdade de expressão e de garantia dos direitos de cada pessoa sem violar o direito do outro, sendo assim, considerado socialmente aceito. Uma das habilidades a serem trabalhadas dentro deste contexto: relacionamento com pessoas em posição de autoridade; lidar com críticas; solicitar mudança de comportamento; negar e fazer pedidos; manifestar opinião, discordar e concordar; autocontrole na expressão dos sentimentos negativos, como raiva, discordância e desagrado.

Quando se fala em psicoeducação, se refere a sua atuação de modo preventivo e, também, de promoção de saúde. No primeiro caso, seu uso fortalecerá o que foi construído durante os atendimentos, para que em situações reiteradas de racismo que, provavelmente, vivenciará, as vítimas de racismo continuem acreditando em seu direito de agir assertivamente; inclusive quando for criticado injustamente por seu comportamento assertivo. E, esta modalidade de intervenção, promove saúde emocional e sentimento de justiça através de eventos temáticos de grande alcance para que possa abordar como lidar intimamente e explicitamente em situações de racismo. Como “educar a população” para redução de tamanha desigualdade relacional. Além de publicidade de informações de mecanismo e ações coletivas que buscam uma reparação ou equilíbrio nas relações entre categorias sociais, como por exemplo, nas situações que a via judicial se faz necessária para exercitar a defesa desses direitos e para uso dos mecanismos dos compromissos de ajustamento de conduta.

¹¹ DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das Relações Interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

¹² Op.cit

Considerações Finais

A Psicologia não atua, somente nos consultórios, nas modalidades de atendimentos individuais e grupais. Ela é coletiva, ao menos deveria ser. Dessa forma, se aplica na promoção, prevenção e reabilitação na esfera psíquica do ser humano. Portanto nas esferas social, econômica, política, cultural, biológica. Neste sentido não devemos pensar o indivíduo partido, mas sim como integral, considerando sua história completa.

Na atuação deste profissional, que é regida pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabe aplicar no seu cotidiano os princípios fundamentais propostos que considera a Psicologia como ciência aplicada no coletivo¹³. Destarte, pensando em seu desempenho ampliado é tornar possível o acesso universal a esta ciência. Isto é, construir pesquisas sobre suas intervenções no coletivo, ou seja, para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão dos direitos.

O coletivo perpassa pela sua construção de políticas públicas, de estratégias e mecanismos de ações coletivas, construção e reconstrução de uma identidade social saudável no âmbito pessoal, institucional. É lutar para que temas como racismo seja exigência na base curricular obrigatória do curso de psicologia. Destarte, exercer esta ciência implica ir além de conceitualizar. É preciso problematizar e conceber e definir as conseqüências do racismo. A psicologia deste modo pode organizar-se para ser a própria técnica para o combate do racismo, prevenindo e evitando sua ocorrência.

Alguns autores¹⁴ defendem a importância da informação e o debate sobre as questões raciais para o combate do racismo nas instituições, possibilitando a construção de um olhar atento a tais práticas. E complementam: “Mas, se o conhecimento e a reflexão estão ausentes, a consequência é a reprodução incessante dos mecanismos racistas na sociedade brasileira”¹⁵. A democratização do acesso às universidades é recente, e apesar da realização de eventos acadêmicos relacionados à temática racial, os grupos de pesquisa e extensão, entre outras atividades, ainda, não são suficientes para conscientização da importância das denúncias, por exemplo. Estas instituições mantêm a mesma estrutura para quem foi criada: a elitista, que perpetua a exclusão da população negra no cotidiano deste ambiente, logo, dificulta a sua

¹³ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, ago. 2005.

¹⁴ TAVARES, N.O., et.al. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez, 2013.

¹⁵ Op.cit.

permanência. Assim, dilata-se a percepção da necessidade de se fazer um debate com novo enfoque e de maneira ampliada em prol da disseminação do conhecimento para composição de comportamentos igualitários em substituição de condutas racistas e sexistas, seja por meio de campanhas e projetos educativos, publicidade e transparência de informações e ações; seja por meios punitivos com cunho pedagógico.

Sob este aspecto é importante reafirmar que a psicologia é campo fundamental para promover a saúde psíquica das populações humanas através de relações mais justas e igualitárias¹⁶. A pesquisa psicológica em relações étnicas e raciais no Brasil é ainda precária e quase inexistente no âmbito da clínica psicológica. No aspecto das ações afirmativas presentes recentemente nas instituições de ensino superior, as experiências de pesquisa também são escassas em função do pouco tempo de existência. Politicamente, as pesquisas neste âmbito da psicologia devem ser incentivadas a fim de favorecer a compreensão da emergência do racismo nas instituições, favorecer as ações necessárias para seu combate e prevenir os impactos psíquicos na vida emocional das pessoas promovendo o bom clima institucional. Além disso, é fundamental garantir no currículo de base de formação do psicólogo – profissional de saúde mental – na graduação, a presença de componentes curriculares obrigatórios que observem diretamente os impactos do racismo na dimensão formativa identitária e emocional do sujeito, com professores formados especificamente para exercício destes componentes¹⁷.

Ainda há muito a se fazer, pois:

No Brasil, as lutas e os movimentos sociais na saúde, principalmente na dimensão emocional, pouco ou nada consideram sobre a importância de tais conhecimentos para a análise e diagnóstico das condições de saúde mental das populações brasileiras, sejam elas brancas, negras ou indígenas.

Não há na pesquisa psicológica aspectos que considerem a dimensão étnica-racial para o desenvolvimento de técnicas e ações de tratamento, prevenção e intervenção em saúde (...). Conforme consideramos, não apenas as populações negras e indígenas são prejudicadas com a história da escravização e massacre indígena, como todas as

¹⁶ OLIVEIRA, R. M. S. A identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles. Recortes entre São Paulo e Paris. Tese de doutorado em psicologia social (PUC/SP), 2008.

¹⁷ OLIVEIRA, R.M.S. A formação do psicólogo nos contextos da diáspora africana. In : Dilemas da raça. Empoderamento e resistência. OLIVEIRA, R. J. e OLIVEIRA, R. M. S. (Orgs.). Alameda :Sao Paulo, 2017.

populações aqui habitantes, incluindo a dimensão globalizante de nossa sociedade atual¹⁸.

Quando observamos o dialogo da professora em relação à aluna universitária podemos conceber que a saúde e o adoecimento mental são presentes em todos os sujeitos. Porém as relações étnicas acentuam a desigualdade discursiva e as formas de violência racial. O impacto da violência recebida pela universitária é proporcionalmente semelhante ao grau da doença individual e social que a professora porta em seu psiquismo modelado as convenções sociais de uma sociedade racializada, que inferioriza as mulheres e principalmente a mulher negra. A qual é excessivamente erotizada pela ideologia de dominação sexual e tratada como se não fosse digna de respeito. Neste jogo étnico, interrelacional, a saúde mental da professora branca é precária e sintomatologia da sociedade e universidade racista e elitista. A menina, estudante negra, foi violada em sua dignidade humana e condição emocional. Sofreu um ataque a sua boa condição de sanidade psíquica.

Assim sendo, é urgente que psicólogos assumam suas responsabilidades em buscar formação para agir a partir de considerações étnico-raciais nos contextos institucionais.

Igualmente, que a sociedade através de seus gestores considerem fundamental o investimento político de ações que atendam a saúde mental da população brasileira, pois nesta historia, que é presente e emergente em nossos dias, o adoecimento mental pela violência do racismo afeta a todos: negros, não negros e brancos. Sendo os “algozes” os sujeitos também necessários de serem “tratados” em sua debilidade sócio-étnico-emocional¹⁹.

Referências bibliográficas

CAVALLEIRO, E. (Org.) *Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola*. 3ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, ago. 2005.

CORDIOLI, A.V. (Org.) *Psicoterapias: abordagens atuais*. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 886 p.

¹⁸ OLIVEIRA, R. M. S. *Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. Saúde mental da população negra e indígena*. Ed. Fino Traço, Belo Horizonte e EDUFRB/Cruz das Almas, 2016, p. 56.

¹⁹ OLIVEIRA, R. M. S. *Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. Saúde mental da população negra e indígena*. Ed. Fino Traço, Belo Horizonte e EDUFRB/Cruz das Almas, 2016, p. 56.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Psicologia das Relações Interpessoais: vivências para o trabalho em grupo*. 11. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

KALCKMAN, S, et.al. *Racismo Institucional: um desafio para a equidade no SUS? Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.16, n.2, p.146-155, 2007.

OLIVEIRA, R. M. S. *A identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles. Recortes entre São Paulo e Paris*. Tese de doutorado em psicologia social (PUC/SP), 2008.

_____. *Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. Saúde mental da população negra e indígena*. In: Cenários da Saude da população negra no Brasil. Oliveira, R.M.S. (Org.). Ed. Fino Traço, Belo Horizonte e EDUFRB/Cruz das Almas, 2016, p. 56.

_____. *A formação do psicólogo nos contextos da diáspora africana*. In: Dilemas da raça. Empoderamento e resistência. OLIVEIRA, R. J. e OLIVEIRA, R.M.S. (Orgs.). Ed. Alameda, São Paulo, 2017.

TAVARES, N.O., et.al. *A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública*. *Saúde em debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, out/dez, 2013.

Emanuele Oliveira Ribeiro: Especialista em Gestão de Pessoas pela Unifacs, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia-UFBA, atua como psicóloga na Pro-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UFRB, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Identidade, Negritude e Sociedade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (NEPPINS/UFRB/CCS).

Artigo recebido para publicação em: Setembro de 2017.

Artigo aprovado para publicação em: Novembro de 2017.